

Advogado Ã© capaz de saber se reeleiÃ§Ã£o Ã© soluÃ§Ã£o ou abuso

A reeleiÃ§Ã£o Ã© uma via de mÃ£o dupla. Se, por um lado, Ã© considerada essencial para a continuidade dos trabalhos do atual governante, por outro, Ã© utilizada indiscriminadamente como instrumento de abuso da mÃ£quina pÃºblica.

O tema, um tanto quanto polÃªmico, estÃ¡ no auge da discussÃ£o no Congresso Nacional. Na CÃ¢mara Federal, o deputado Jutahy MagalhÃ£es (PSDB-BA) Ã© autor do projeto que prevÃª o fim da reeleiÃ§Ã£o. No senado, hÃ¡ uma proposta de emenda Ã ConstituiÃ§Ã£o do senador SibÃ¡ Machado (PT-AC) que acaba com a reeleiÃ§Ã£o para o cargo de presidente da RepÃºblica, mas amplia seu mandato de quatro para cinco anos.

Como sempre, a polÃtica nÃ£o muda de direÃ§Ã£o conforme as necessidades da sociedade, mas, sim, de acordo com as conveniÃªncias partidÃ¡rias. Parlamentares que nove anos atrÃ¡s foram a favor da reeleiÃ§Ã£o â?? o que assegurou novo mandato para o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) â?? hoje se posicionam contra.

Entretanto, tais posturas desfavorÃ¡veis nÃ£o tÃªm, necessariamente, nada a ver com os excessos praticados por candidatos que lanÃ§aram mÃ£o do marketing reeleitoreiro, distribuindo verbas e inaugurando obras em pleno ano eleitoral. Muitos querem o fim da reeleiÃ§Ã£o porque estÃ£o de olho no cargo de presidente da RepÃºblica em 2010. Ironicamente e, ao mesmo tempo, profeticamente â?? porque jÃ¡ era de se esperar â??, um partido que votou contra a reeleiÃ§Ã£o, em 1997, agora tira proveito deste direito para o pleito deste ano.

No atual cenÃ¡rio polÃtico brasileiro, a reeleiÃ§Ã£o tem sido motivo de troca de farpas entre os presideciÃ¡veis. A principal acusaÃ§Ã£o Ã© a chamada farra fiscal, ou seja, a concessÃ£o de benefÃcios que colocam em risco o orÃ§amento da UniÃ£o, mas garantem votos. HÃ¡ candidato que, apesar de criticar o uso da mÃ£quina, diz nÃ£o ser contra a reeleiÃ§Ã£o, afirma que ela deve ser mantida, mas desde que sejam criadas regras claras para evitar abusos.

Mas as perguntas sÃ£o: estabelecidas as regras, quais seriam os mecanismos de fiscalizaÃ§Ã£o para que as mesmas fossem rigorosamente cumpridas? Como seria possÃvel coibir que a caneta de um governante trabalhasse a toda em ano eleitoral, com a distribuiÃ§Ã£o de verbas orÃ§amentÃ¡rias e a contenÃ§Ã£o de gastos em Ã¡reas que nÃ£o arrecadam votos? A ConstituiÃ§Ã£o, por si, seria suficientemente forte para impedir que um polÃtico se valesse do cargo para tirar vantagens eleitorais?



O pensador florentino Nicolau Maquiavel pregava que "não há lei nem Constituição que possa pôr um freio à corrupção universal". Seguindo este raciocínio, a reeleição, mesmo com normas, inevitavelmente sempre viria acompanhada da desconfiança de que o candidato ocupante do cargo estaria levando considerável vantagem em relação aos demais. Até mesmo o ministro Marco Aurélio Mello, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, em entrevista à revista *Veja*, fez a seguinte afirmação: "Eu diria que a reeleição não faz parte da nossa tradição. Os candidatos não têm freios inibitórios mais rígidos e, muitas vezes, usam descaradamente a máquina pública em benefício próprio".

No âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil, as preocupações em torno da reeleição são bem semelhantes. Além da máquina administrativa ser vergonhosamente utilizada, a chance de renovação da composição dos quadros da OAB cai por terra. Em compensação, a votação na OAB apresenta um grande diferencial em relação à política das esferas municipal, estadual e federal: o eleitor.

Os prefeitos, governadores e presidentes reeleitos procuram consolidar a imagem de benfeitor dos pobres e abusam da ignorância e humildade dessas pessoas. No caso dos presidentes da OAB, torna-se infame a tentativa de subestimar a inteligência dos advogados, mesmo os recém-formados, com agradecimentos e benfeitorias pessoais dirigidas à classe.

Assim, a reeleição na OAB mostra-se menos perigosa, mas nem por isso os fatores negativos devem ser descartados. Uma coisa é certa: o alívio da certeza de que, no pleito da Ordem, os eleitores advogados terão o discernimento de avaliar se a reeleição será a solução ou, simplesmente, mais um abuso.